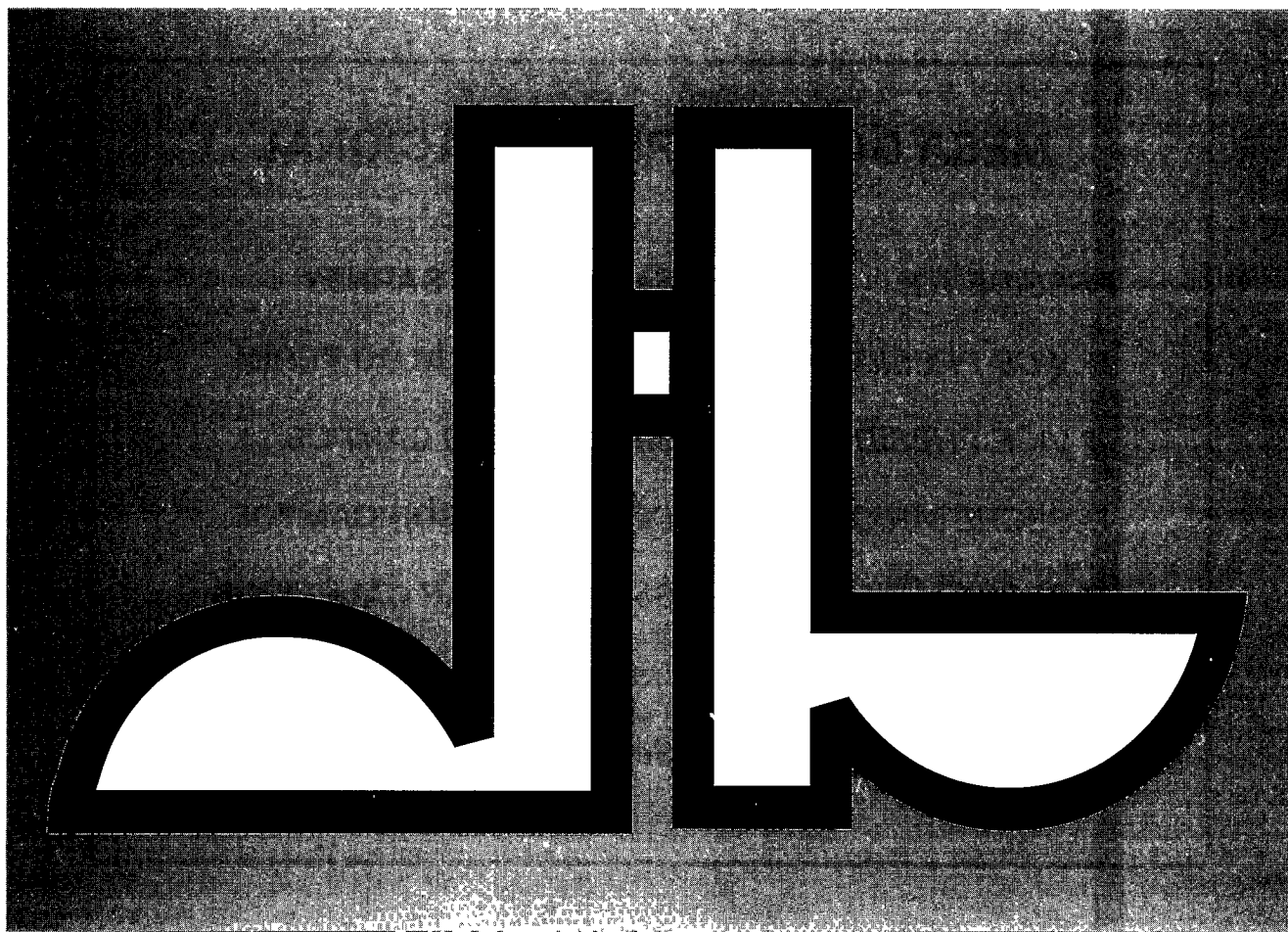




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador **JOSÉ SARNEY**

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado **RONALDO PERIM**

2º VICE-PRESIDENTE

Senador **JÚLIO CAMPOS**

1º SECRETÁRIO

Deputado **WILSON CAMPOS**

2º SECRETÁRIO

Senador **RENAN CALHEIROS**

3º SECRETÁRIO

Deputado **BENEDITO DOMINGOS**

4º SECRETÁRIO

Senador **ERNADES AMORIM**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 21 DE MARÇO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.1.1. – Finalidade da Sessão

Destinada a comemorar os trinta anos de fundação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. 01587

1.1.2 – Fala da Presidência

1.1.3 – Oradores

Deputado Paes de Andrade

Senador Pedro Simon

1.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

Deputado Nestor Duarte

1.2 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Sumário da Ata da 43ª Sessão Conjunta, realizada em 15 de dezembro de 1995 (Publicada no **DCN** – Sessão Conjunta, de 16 de dezembro de 1995) 01600

Ata da 43ª Sessão Conjunta, realizada em 15 de dezembro de 1995 (Publicada no **DCN** – Sessão Conjunta, de 16 de dezembro de 1995)... 01600

3 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião (instalação) da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir Relatório de veto total sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1995, que acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1995, que regula o exercício da enfermagem profissional, estabelecendo limite para a jornada de trabalho, realizada em 19 de março de 1996. 01601

4 – RELATÓRIO

Nº 2, de 1996-CN, da Comissão Mista incumbida de apresentar relatório do veto integral apostado ao Projeto de Lei nº 29, de 1995, da Câmara (nº 407-B, de 1991, na Casa de origem), que regula o estabelecimento limite para a jornada normal de trabalho. 01601

5 – EMENDAS

Apresentadas às Medidas Provisórias nºs 1.330, 1.331, 1.333 a 1.360, 1.362 a 1.366, de 1996. 01602

6 – MESA DO CONGRESSO NACIONAL

7 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 4ª Sessão Conjunta (solene), em 21 de março de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Ronaldo Perim

(Inicia-se a sessão às 18h5min.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Perim) – Declaro aberta a sessão solene destinada à comemoração dos trinta anos de fundação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Perim) – Convido a fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Paes de Andrade.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães; Srs. Líderes no Senado Federal; Srs. Líderes na Câmara dos Deputados, Srs. Senadores e Deputados; senhoras e senhores, com os olhos da saudade e o mais alto respeito, vejo, nesta Casa do

Parlamento, endereço das emoções nacionais, a figura, erecta e poderosa, de Ulysses Guimarães, conduzindo a História.

Identifico a face e ouço as palavras, serenas quando se pedia serenidade, iradas, quando só a ira era aceitável companheira da honra, na reivindicação da liberdade, na insubmissão gloriosa, de tantos outros grandes brasileiros deste século.

Aí estão, na constância da memória, Martins Rodrigues e Tancredo Neves; Rubens Paiva e Teotônio Vilela; Freitas Nobre e Severo Gomes. Ao vê-los, vejo o Brasil irredento, afirmando-se na insistência de seus homens maiores.

Neles, em sua grandeza, habitavam os sentimentos recolhidos na imensa, dispersa e rica geografia nacional; neles, em sua alma carregada de Pátria, sujigavam jangadas e ondas os pescadores do Ceará; bateavam rios os garimpeiros de Minas;

queimavam-se, ao calor dos altos fornos, os trabalhadores industriais de São Paulo; vigiavam fronteiras os soldados do Sul e do Norte; batiam nas portas do futuro os jovens estudantes, esses destemidos e generosos fecundadores da História.

E havia, sobretudo, a presença das mulheres, mães e companheiras, inigualáveis em altruísmo, zelosas portadoras do sentimento de justiça, fiéis guardiãs da perenidade da vida.

A estas personalidades marcantes de nosso tempo, que participavam dos trabalhos parlamentares, e ocupavam cargos executivos nos Estados e Municípios, somaram-se homens públicos de igual grandeza, que, na imprensa e na cátedra, lutavam pelo reerguimento da Pátria.

Alguns deles também tombaram no caminho, e devemos reverenciar a sua memória com o mesmo respeito.

E há o maior dos cidadãos brasileiros contemporâneos, que viu o século nascer e ocupou com a força e a dignidade do patriotismo: Barbosa Lima Sobrinho.

Aos 99 anos, a sua fé em nosso País é a mesma do advogado e jornalista que sempre combateu o arbítrio, sempre defendeu o direito dos fracos, sempre bradou pela soberania nacional.

Nosso candidato de protesto à Vice-Presidência da República, junto com Ulysses Guimarães, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho não deixou a trincheira um só momento.

Ei-lo, no vigor da lucidez, na véspera de completar a bela idade de 100 anos, com extraordinário e admirável coerência, lutando como lutou nos últimos oitenta anos, por um Brasil justo e forte, livre e altivo.

Não são todas as nações, nem todas as épocas, que podem orgulhar-se de contar, entre seus homens, com cidadãos da têmpera de Barbosa Lima Sobrinho. Ainda recentemente, no processo político que destituiu um presidente da República desonrado, vimo-lo encabeçando a petição de justiça e participando dos movimentos de luta junto aos adolescentes.

Em Barbosa Lima Sobrinho, nosso companheiro de idéias, saudamos o maior dos jornalistas brasileiros e o Primeiro Cidadão da República.

Sr. Presidente, éramos, e não nos ofende a memória, nos tempos de bipartidarismo imposto, a frente das oposições.

Não buscáramos o maniqueísmo, não nos convinha o maniqueísmo, mas se a força o decretara, dividindo os brasileiros em duas metades políticas,

não nos competia excluir ninguém que estivesse na resistência.

O MDB não foi naquele tempo, não é hoje, e nunca será, o partido da exclusão.

Ele não exclui ninguém, e se mantém, em seu núcleo, o mesmo partido, o partido do Brasil e de seu povo.

Ele só pode excluir os que excluem o Brasil e os seus valores permanentes.

Os que o deixaram, de moto próprio, e os que depois a ele retornaram sempre nos encontraram de braços abertos.

Uns fizeram-no para constituir legendas que consideravam mais nítidas do ponto de vista ideológico, e os respeitamos.

Outros, a fim de atender às injunções da realidade regional, o que é das circunstâncias políticas, e também os respeitamos.

Mas, nos momentos decisivos, o nosso Movimento Democrático Brasileiro sempre ofereceu suas colunas e vigas à construção do entendimento e, quando foi o caso, às barricadas da luta política.

Nas greves do ABC, que retiraram de cena o peleguismo clássico, lá estávamos nós, junto aos bravos trabalhadores que arrostavam o regime de força.

E quando decidimos, em 1984, que era hora de convocar a História a seus deveres para com os homens, foi o nosso partido que conclamou o povo às ruas, primeiro para exigir eleições diretas, e malogradas estas, para aclamar Tancredo como o Presidente da República.

Se havia impedido as multidões de ir às urnas, não tinham como impedi-las de ir às ruas.

O povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sempre atende o chamado das horas graves, e quando necessário, se reúne, compelido pelos altos sentimentos de preservação da Pátria.

Temos tido instantes em nossa História de que se orgulharia qualquer povo.

É bom recordar aqueles meses intensos de 1984, com milhões de pessoas em São Paulo, no Rio, em Minas, no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia – enfim, em todos os Estados brasileiros – gritando por liberdade, pela democracia, pela unidade da nossa gente na construção do futuro.

Emociona recordar a palavra, grave e clara, de Ulysses, ecoando de Norte a Sul, clamando por justiça e dignidade.

E ninguém que o ouviu poderá esquecer-se de Tancredo, com seu timbre montanhês na voz, pedir

que não nos dispersássemos, que continuássemos reunidos, como reunidos estávamos nas ruas, a fim de construir a Nação, essa tarefa em que se revelam as gerações.

O Sr. Michel Temer – Sr. Deputado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAES DE ANDRADE – Com prazer ouço a aparte de V. Ex^a

O Sr. Michel Temer – Sr. Presidente do nosso partido, o Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Presidente desta Casa, Sr. Presidente desta sessão, não poderia deixar, neste momento, como Líder da bancada do PMDB, de prestar um testemunho de quem há muito milita nesse extraordinário partido descrito no discurso do eminente Presidente Paes de Andrade.

Eminente orador Paes de Andrade, quero revelar a V. Ex^a e a esta Casa que ao longo do meu aprendizado político fui verificando que havia certos símbolos na vida nacional. Sou um pouco mais jovem que V. Ex^a. Fui aprendendo ao longo do tempo. E, para alcançar meu aprendizado político, de alguma maneira, guiava-me pelo exemplo dos grandes Líderes. Menciono V. Ex^a, Deputado Paes de Andrade, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, figuras exemplares da nossa vida pública, independentemente da sua significação partidária. Ainda jovem, na Faculdade de Direito, lembro-me de que ao ouvir *A Voz do Brasil*, ler jornais e revistas, tinha como um dos meus ídolos políticos o então jovem Deputado Paes de Andrade. Em sua figura eu me espelhava para praticar vários atos em minha vida pública. Quantas e quantas vezes eu ouvia notícias a respeito dos seus gestos, no grupo mais avançado desta Casa, grupo que buscava a modernidade, as soluções mais adequadas para o País. Quantas vezes, meu querido amigo Paes de Andrade, de alguma forma talvez o tenha plagiado!

Em muitas ocasiões discursamos, manifestamos nossas idéias, e não percebemos que estamos plagiando nossos ídolos. Lembro-me de que, quando estudante, em várias oportunidades, usei expressões que ouvia em seus discursos.

O Presidente Paes de Andrade retrata nosso PMDB, ancorado nas tradições de um partido que reconquistou a democracia neste País e que faz, quando no Poder, uma grande obra administrativa. Quero render uma homenagem ao nosso PMDB, eminente Presidente Paes de Andrade, na pessoa de V. Ex^a, que foi símbolo da política mais esclarecida, da política moderna no passado. E continua hoje virtuosamente sendo um símbolo do nosso PMDB.

Meus cumprimentos pelo seu discurso e pela figura que V. Ex^a representa no cenário nacional.

O SR. PAES DE ANDRADE – Meu querido líder, V. Ex^a toca o recesso da minha alma. Exagerou no aparte. Foi excessivamente generoso. Mas faz bem ao coração nessas horas difíceis por que passamos.

E como é bom, Sr. Presidente, ouvir o meu Líder, que sempre guardou a postura vertical, rastreada pela cultura, pela competência, pelo espírito público, pela grandeza de alma.

Líder Michel Temer, V. Ex^a muito cedo, já nos bancos da universidade, fez a sua bela profissão de fé, no culto do Direito, da justiça e da liberdade. Muito obrigado.

Prossigo Sr. Presidente.

As nações, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quando não estão sendo erguidas, estão sendo destruídas.

Sr. Presidente, ao lembrar os feitos do partido que presido, quero também trazer algumas palavras sobre o Poder Legislativo.

Somos, aqui, brasileiros de todas as regiões e de todos os pensamentos.

Há, entre nós, conservadores e liberais, dentro da terminologia política clássica, e conservadores e liberais, dentro do entendimento de nossos dias.

O conflito político é a marca permanente da condição humana.

Há poucos dias alguém me lembrava que os parlamentos nasceram exatamente para evitar que os ferros se impusessem, nas reuniões dos povos primitivos.

Em lugar da disputa sangrenta, acharam melhor contar os presentes, deixando embainhados os sabres, repousadas as lanças.

Nasceu assim o princípio da maioria, e a aprovação dos projetos de interesse comum, depois do nem sempre ameno confronto das idéias.

Mas nenhum sistema de poder será político se dele estiver ausente o Parlamento.

Mais ainda, Sr. Presidente, não basta que os parlamentos estejam abertos, que se reúnam regularmente.

A função dos parlamentos é a de fazer as leis, de conduzir as nações em nome do povo, e assim tem sido, desde o Senado Romano, para não recuar mais no tempo.

Há mais de trinta anos o Parlamento brasileiro perdeu a iniciativa das leis, em nosso País.

Perdeu-a logo no início do Governo Militar, pelos atos institucionais, e voltou a perdê-la nos diplomas malchamados de constitucionais e coonestas-

dos, Deus sabe como e por quê, nesta mesma Casa.

Mas ainda assim, mesmo que a nossa presença, aqui, pudesse ser vista como legitimadora de um sistema ditatorial, era importante que nos mantivéssemos reunidos, que disputássemos eleições, que discutíssemos, nos limites impostos, os problemas do País, enquanto buscávamos reconstruir o Estado de direito e, com ele, recuperar as nossas prerrogativas parlamentares.

Pouco a pouco fomos readquirindo o poder que nos assegurava a Constituição de 1946.

A manutenção de instrumentos de legislação de urgência, como os decretos-leis, transmutados, na prática, em medidas provisórias, foi grave equívoco de todos quantos redigimos a Carta de 5 de outubro.

As medidas provisórias são processo legítimo e aceitável nos sistemas parlamentaristas, porque, nos sistemas parlamentaristas, o Governo tem a maioria, ou não é Governo.

Quando os ministros elaboram uma medida provisória, fazem-no depois das necessárias consultas partidárias, e contam com a aprovação da maioria.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tais medidas, tenham o nome que tenham, estão sujeitas a emendas ajustadoras no processo de sua aprovação parlamentar.

E se as medidas provisórias são inerentes ao sistema parlamentarista de governo, tornam-se absolutamente estranhas ao sistema presidencialista, pelo qual optamos.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Congresso volta a ser o centro das decisões nacionais.

A autocritica que nos cabe fazer, nestes anos em que, a duras penas, estamos reconstruindo a Nação, é a de nossa excessiva serenidade diante dos ataques que se dirigem a estas Casas.

Creio que devemos mostrar ao povo brasileiro o que fazemos, o que não conseguimos fazer, e por que não conseguimos, e quais são os limites de nosso poder.

É necessário prestar contas claras e permanentes ao povo brasileiro.

Permito-me fazer essas considerações, ao lembrar a trajetória de meu partido, neste tempo político de trinta anos, porque o Movimento Democrático Brasileiro tem a sua história unida, no sofrimento e no êxito, na resistência e nas agressões sofridas, a estas duas Casas parlamentares.

Podíamos falar apenas para nós mesmos, sabendo-se que a imprensa estava sob censura, mas estávamos certos de que o nosso testemunho, por mais silenciado fosse naqueles anos, ficaria para a História.

E, mais do que isso, ao pregar a resistência, tornávamo-nos mais resistentes; ao compartilhar os sofrimentos, podíamos melhor suportá-los.

Ouçó com prazer o nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O Sr. Inocêncio Oliveira – Meu caro Presidente Paes de Andrade, em nome do Partido da Frente Liberal, saúdo V. Ex^a por ter solicitado esta sessão solene de homenagem ao PMDB, um partido que se relaciona com a restauração da democracia em nosso País. Um homem, em qualquer região que viva e trabalhe tem iguais aspirações de liberdade, justiça social, trabalho e grande progresso. Para a consolidação desse ideário, é necessária a intermediação, ou seja, um veículo. Este veículo, meu caro Presidente, é o partido político. Não existe democracia forte com partido político fraco. Portanto, a consolidação e o fortalecimento dos partidos políticos são pressupostos para o estabelecimento de um verdadeiro Estado de Direito em nosso País. Já dizia João Mangabeira: A democracia nos países do cone sul é uma planta tenra, que desmorona com uma simples ventania, arrancando suas raízes. Graças a Deus no Brasil, estamos fazendo o caminho inverso daquele realizado por qualquer outro país do mundo. Diferentemente de outros países que chegaram primeiro à estabilidade econômica, para depois chegar à estabilidade política e social, o Brasil chegou primeiro a estabilidade política e, agora, está consolidando a estabilidade econômica e social. Meu caro Presidente, eu assisti, durante o autoritarismo, a presença marcante do então MDB, às lutas cívicas do partido de V. Ex^a, do meu particular amigo Deputado Michel Temer e de tantas figuras, como o Deputado Germano Rigotto e o nosso saudoso Ulysses Guimarães, que engrandeceu esta Casa como nenhum outro Parlamentar que por aqui passou. Eu, como V. Ex^a e o meu querido Deputado Luís Eduardo, tive o privilégio de sentar na cadeira de Presidente desta Casa. Por isso, quero, ao reverenciar o partido de V. Ex^a, também reverenciar a memória desse homem que deu seu nome a este plenário, porque ninguém mais engrandeceu esta Casa e esta instituição do que ele.

V. Ex^a, de quem fui Primeiro Vice-Presidente, hoje tem a honra de presidir essa agremiação política tão importante para a vida do Brasil. Quero levar a todos os seus integrantes na figura do seu Presi-

dente, do mais simples, àquele do mais longínquo rincão deste País, ao mais alto mandatário, a palavra de felicitações do Partido da Frente Liberal pelos trinta anos alcançados, o que é raro em partidos políticos neste País. Desejo que cada vez mais o PMDB se consolide, para que juntos possamos proceder com as reformas que a Nação deseja e a sociedade cobra as mudanças e transformações que haverão de inserir o Brasil num novo contexto.

O SR. PAES DE ANDRADE – Deputado Inocêncio Oliveira, V. Ex^a enriquece meu discurso com suas palavras claras e precisas. Para mim, foi uma grande honra ter um homem correto e sério, de compromissos e postura altiva, como meu Primeiro Vice-Presidente, Líder Inocêncio Oliveira, V. Ex^a lembra Ulysses Guimarães. Ele foi o maior de todo nós, na luta da resistência democrática e na reconstrução da ordem constitucional do Brasil.

Lembro-me de uma passagem que está em minha memória e em meu coração: Ulysses Guimarães, derrotado, telefonou-me em Fortaleza, eu ainda Presidente da Câmara dos Deputados, dizendo que queria dar uma entrevista coletiva.

Convoquei a imprensa ao meu gabinete. Amargo, refletia, ainda, a serenidade na face e na alma. A primeira pergunta, muito dura foi: Com essa derrota, Dr. Ulysses, só resta mesmo o arquivo para o senhor? Ele respondeu com uma frase que ficou em minha memória: Quem cai e não se levanta, quem tomba e não se ergue não será digno de qualquer vitória neste País. E acrescentou: Quando o povo julga, derrota, mas não humilha nunca.

Continuo, Sr. Presidente. Ao pregar a resistência, nos tornávamos mais resistentes. Ao compartilhar o sofrimento, podíamos melhorar e, melhorando, suportar os sofrimentos e adversidades.

Amparávamo-nos uns aos outros, e sei que, salvo tristes e poucas exceções, que não convém lembrar, houve sempre entre nós solidariedade que transpunha as fronteiras partidárias.

Foi assim que, em 1968, com a serena, mas firme, reação de Djalma Marinho, esta Casa negou a licença solicitada pelo regime para que um de nossos companheiros, o Deputado Márcio Moreira Alves, fosse processado.

E com todas as vicissitudes que vieram, estou certo de que não poderíamos ter agido de outra forma.

Ao longo de nossa História, o Parlamento tem sido a fronteira da liberdade diante das hordas do arbítrio.

O primeiro de nossos parlamentos, a Assembléia Nacional Constituinte de 1823, foi dissolvida, e

dissolvida porque ao Príncipe não interessava uma constituição redigida por homens livres, mas diploma subalterno, elaborado pelos áulicos do Conselho do Império que nascia.

E Pedro I, na abertura da Assembléia Constituinte – insolente dizia aos constituintes: Eu quero uma Constituição que nasça da razão e não do capricho. Quero uma Constituição digna de mim e digna do Brasil.

Custódio Dias, Deputado por Minas Gerais, ativo, com uma coragem cívica espelhada nos olhos, interrompe a Fala do Trono e diz: Majestade julgar se a Constituição é digna do Brasil pertence à Assembléia Nacional Constituinte.

Os 173 anos que nos separam daquela noite em que as baionetas, em amargo precedente histórico, arrogam-se o poder constituinte, esta Casa tem sofrido a prepotência dos grandes e pequenos ditadores.

Os liberticidas sabem que, antes de silenciar o povo, é preciso silenciar os seus representantes.

A liberdade deve ser primeiro golpeada no entendimento dos tiranos, onde ela encontra os fundamentos da lei.

A sociedade política, é o que entendem, terá que ser decapitada, para depois ser esquartejada.

Assim vem ocorrendo em nosso período republicano, em 1937, em 1964, em 1968, em 1977, períodos em que Parlamentares eram afastados à força do plenário, ou o Congresso simplesmente fechado, por tempo mais curto ou mais longo.

Isso não tornava menor ou maior a violência, mas simplesmente mais breve ou mais longa, demorada.

A edição do Ato Institucional de número 5 foi, na História deste País, a mais nefanda manifestação do poder da força contra as leis que havíamos feito e contra o nosso dever de continuar a fazê-las.

Todas as instituições políticas se sucumbiam diante do arbítrio do Presidente da República.

Os tribunais podiam funcionar – desde que o Todo-Poderoso Senhor do Planalto não considerasse os julgamentos contrários ao interesse da mal chamada Revolução.

O Poder Legislativo podia reunir-se, desde que não se contrapusesse aos interesses do regime e de seus apaniguados, desde que aprovasse as páginas, algumas de despautério jurídico, que nos eram impostas.

A censura se tornou mais férrea, mais vigilante, e os jornais foram submetidos ao juízo de policiais

semiletrados, que vetavam tudo o que não podiam entender.

As garantias individuais deixaram de existir.

A delação se tornou comum, o medo dominava todas as pessoas, mesmo as que participavam do poder.

Dentro daquelas terríveis condições, o MDB continuou a atuar.

Com o impedimento e a morte do Marechal Costa e Silva, coube-nos passar por mais arbítrio na escalada da violência, por mais um golpe dentro do golpe, com o veto dos militares à posse do Sr. Pedro Aleixo e a instituição de uma junta militar.

Quem ainda tivesse alguma esperança de retorno imediato aos ritos democráticos, prometidos pelos golpistas, podia desistir.

Sem nenhum pudor, a Junta Militar decidiu que caberia aos oficiais superiores das Três Armas eleger o novo Presidente, com mandato alongado.

Entramos no mais obscuro trecho da vida brasileira.

Os lares eram violados, no silêncio nas sombras da noite.

Cidadãos eram arrastados para as masmorras, vendados e algemados, a fim de serem torturados e, eventualmente, assassinados.

As mulheres sofriam ainda mais. Não se contentavam os algozes em espancá-las, sujeitá-las a choques elétricos, queimá-las a pontas do cigarro.

O estupro passou a fazer parte dos interrogatórios da Polícia Política.

Resistimos. E este mesmo Plenário que, assustados uns, equivocados outros, havia cedido, em sua maioria, aos ditados das armas, aprovando a escolha **manu militari** do Marechal Castelo Branco, fechou os 21 anos de autoritarismo com a eleição de Tancredo Neves em 15 de março de há onze anos.

O MDB, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, não acredita em democracia sem Parlamento forte e independente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em nome de meu partido, agradeceu a estas duas Casas, ao Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional e ao eminente Deputado Luís Eduardo Magalhães, a convocação desta sessão solene de homenagem ao MDB.

Ao Presidente José Sarney, um dos mais eminentes membros de meu partido, a Nação brasileira deve inestimáveis serviços.

Foi sua decisão, na hora precisa, que possibilitou a transição democrática, na esguia passagem que o regime deixava.

No susto da véspera de 15 de março e na tragédia que se seguiu, a sua conduta foi a de um homem de Estado, que se deve ajustar aos chamados da hora, e administrá-la com saber e bom senso.

Não lhe faltou coragem para romper, logo nas primeiras horas, como Presidente em exercício, e como Presidente efetivo, com tabus e preconceitos, muitos deles anteriores mesmo ao regime militar.

Foi assim que ele mandou o seu recado às cacatumbas ideológicas, chamando, à luz do Palácio do Planalto, os líderes dos partidos de esquerda proscritos.

Ao fotografar-se junto a esses brasileiros, que haviam lutado nas sombras por suas idéias, sobreviventes de um duro tempo de perseguição e sofrimentos, o Presidente legalizava, **de facto**, as diversas correntes comunistas, revogando decisão de 1947, e conferia anistia histórica a fatos ocorridos há mais tempo ainda, os não muito claros episódios da Intentona Comunista de novembro de 1935.

Coube ainda ao Presidente Sarney abolir os restos de censura que ainda inibiam a criação artística e aposentar a Lei de Segurança Nacional, junto com outros entulhos da legislação autoritária.

Presidente Luís Eduardo Magalhães, agradeço a V. Ex^a ter dado seu apoio a essa sessão solene do Congresso Nacional de homenagem ao Movimento Democrático Brasileiro, Partido provado na adversidade.

V. Ex^a tem sido, na Presidência da Câmara dos Deputados, exemplo de serenidade e de maturidade política.

Confirma V. Ex^a, na representação parlamentar da Bahia, as velhas tradições da grande terra de Rui e Seabra, de Luís Vianna e Octávio Mangabeira, de Vieira de Mello e Clemente Mariani.

Sr^{es} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar estas palavras de regozijo por chegar o Movimento Democrático Brasileiro aos trinta anos de luta pela democracia e pela justiça social, quero manifestar a minha certeza de que o Parlamento saberá cumprir o seu dever para com a Nação nestes próximos e difíceis meses, diante de todas as vicissitudes e dificuldades que venham a ocorrer.

É importante lembrar que o Parlamento é um poder independente nos sistemas republicanos, e deve conviver em harmonia com os outros dois Poderes, igualmente independentes.

Cabe-lhe, na representação direta da vontade popular, estabelecer as leis e as reformas constitucionais, sempre de acordo com os interesses nacionais e com a consciência política de seus membros.

É isso o que diz a Constituição, é isso que disseram todas as constituições republicanas deste País, é isso que diz a história política do Ocidente.

Este é o poder que nos delega a Nação.

A ele não devemos renunciar, dele não podemos fugir. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Perim) – Convido a fazer uso da palavra o nobre Senador Pedro Simon, que falará em nome do Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Ronaldo Perim, Presidente desta sessão do Congresso, prezado Presidente do PMDB, Deputado Paes de Andrade; Srs Deputados, Srs Líderes, lamentavelmente o Senado está em sessão, e por isso nossos colegas Senadores não estão aqui neste momento.

A história de um partido político é diferente da de um cidadão. Uma mulher, quando atinge os 30 anos, chega àquela idade que Balzac dizia das dúvidas e das incertezas. Já o homem aos 60 anos, chega à idade em que a compreensão e a racionalidade dos fatos começam a aparecer. Um partido político é diferente. O tempo faz com que, aos poucos, vá amadurecendo.

Esta é a grande e dolorosa lacuna do povo brasileiro.

O Brasil não tem tradição de partido político, ao contrário dos nossos irmãos do mundo, como a Inglaterra – Partido Conservador e o Partido Trabalhista ao longo da história; os Estados Unidos – desde a independência, os republicanos e os democratas; com toda a época da ditadura, o Paraguai, o Chile e a Argentina – o Partido Radical, no século passado e o Uruguai – os blancos e os colorados.

Inicialmente, o Brasil não teve tradição de partido. No Império, eram os partidos de faz-de-conta, na verdade, um não era diferente do outro.

Nada mais igual no poder. Na República, os partidos se transformaram em partidos regionais, em partidos de Estados: o Partido Republicano de São Paulo, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Cada Estado tinha o seu partido. Era a política dos Governadores, e partido e nada eram praticamente a mesma coisa.

Veio o Movimento de 30, o regime da força e do arbítrio, a redemocratização em 1945. Pela primeira vez o Brasil conheceu realmente partidos políticos. Com a redemocratização do Brasil, em 1946, ficamos sabendo o que era partido político para valer: PSD, UDN, PTB. Mas, lamentavelmente, em vez de se organizarem com base em uma ideologia, os partidos tiveram como divisor de águas a figura do

Dr. Getúlio Vargas. Se contra Vargas, UDN; se a favor de Vargas, do PSD e PTB. Foram para o PSD, para o PTB e para a UDN homens de ideologias as mais variadas e de tendências as mais variadas também com relação à democracia. O tempo foi passando. O Dr. Getúlio suicidou-se. Na medida em que a figura do Sr. Getúlio se foi distanciando, na medida em que aqueles ex-interventores – nomeados Governadores dos Estados à época do Dr. Getúlio Vargas ditador – foram morrendo ou se aposentando e os governantes foram eleitos, os partidos começaram a ter consciência política. O PSD passou a ser o partido da sociedade ruralista – classe rural dominante e capitalista, à época, muito forte. A UDN passou a ser o partido da elite intelectualizada, das grandes cidades principalmente. O PTB começava a ser o partido dos trabalhadores de massa e, aos poucos, isso ia se consolidando. Aparecia o PDC, partido da social democracia, muito na moda, à época, com muitas manchetes espalhadas pelo mundo. Os partidos começavam a ter uma ideologia. O PTB passou a ser o partido dos trabalhadores; a UDN passava a ser o partido das elites intelectualizada – o partido da burguesia – e o PSD passava a ser o partido das grandes massas neutras do campo e da cidade.

Veio, então, o movimento de 64, que, na verdade, foi na História do Brasil mais um golpe militar, igual a tantos que estamos acostumados a ver em nossa História, como os movimentos de 30, 34 e 37. Derrubaram o Presidente, Dr. João Goulart – aliás, nem o derrubaram, pois S. Ex^a estava em Porto Alegre, juntamente comigo, na casa do Comandante do III Exército, quando foi decretada vaga a Presidência da República, assumindo-o o Presidente da Câmara.

Alguns dias depois eles se deram conta. Assumiu o Presidente da Câmara, nomeou-se praticamente um novo Ministério, composto à base do PSD, seu partido. Eles disseram: O Jânio renunciou, tivemos de agüentar o Jango, derrubamos o Jango e o PSD vai continuar?

Dez dias depois veio a Revolução, com o Ato Institucional nº 1, assinado pelos três Ministros Militares. Estabeleceu-se a democracia, tivemos eleição democrática em 1965, na plenitude democrática. Acontece que a oposição ganhou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e aí veio o AI-2 e a extinção dos partidos políticos.

O PSD, o PTB, a UDN e o PDC, que começavam a se organizar, a ter conteúdo, a ser partidos reais, concretos e com ideologia, foram extintos. Criaram-se dois partidos de cima para baixo: um a

favor e outro contra o Governo, o do sim e o do sim, senhor. Diz-se que à época o MDB não tinha o número necessário de Senadores para fazer o partido no Senado. Então, Castello Branco determinou a um Senador do Estado do Rio de Janeiro que fosse para o MDB, e assim começou o sim e sim, senhor. Quem dizia não sei estava cassado.

Ao contrário do AI-1, que teve um prazo para terminar – dois meses para cassar, seis meses para expurgar os funcionários públicos –, o Ato Inconstitucional nº 2 ia até o final do mandato de Castello Branco. Nasceram, então, o MDB e a ARENA, nascemos nós, meu querido Presidente Paes de Andrade.

É fácil imaginar que nascemos numa situação difícil. Era proibido falar, era proibido pensar. Nascermos numa situação dramática. No Senado sobraram sete Senadores, os restantes eram da ARENA, o maior partido do Ocidente.

O MDB não sabia o que fazer. Aquele regime parece que vinha para durar a vida inteira, com força, autoridade e poder. Foi muito difícil para o MDB no início. A própria ARENA teve de se acomodar, porque havia figuras que não aceitavam a situação em que se encontravam.

O tempo foi passando, e, lentamente, sofrendo, errando, caminhando, o MDB foi se transformando em um partido político. Não precisava muito porque ainda eram duas as situações: uma de brilho, de força, de alegria das luzes, porque do partido do Governo, e a do MDB, que era o partido do imprevisível, tudo era válido. Claro que o MDB poderia se acomodar, e, acomodando-se, fazer de conta. Diziam até que a ARENA era o partido do sim, senhor e o MDB era o partido do sim. Acomodando-se não acontecia nada.

Mas o povo foi cobrando, e aos poucos o MDB foi marcando a sua presença. Aos poucos se foi entendendo que afinal aquele era um regime de arbítrio. Aos poucos se foi exigindo. Tudo bem, fizeram uma revolução em 1964 para restabelecer a democracia, mas onde está a democracia? Aos poucos o povo foi dizendo presente. E aos poucos o nosso MDB se transformou na única trincheira de resistência neste País.

Universidade? A revolução a proibiu de pensar. O malfadado Decreto nº 477 proibiu o professor de dizer o que pensava e ao aluno de escrever o que queria. Os agentes de segurança estavam dentro da universidade. Expurgavam o aluno e o professor. Acho que este foi o único lugar do mundo em que o estudante era proibido de estudar; ele era expulso da universidade por prazo indeterminado e não po-

dia estudar em faculdade alguma. E o professor não podia lecionar. Foi assim que Fernando Henrique Cardoso, hoje Presidente da República, foi parar no Chile, ao ter sido expurgado da Universidade de São Paulo, proibido de pensar, de falar e de dizer o que sentia.

Os sindicatos, com o 228, não podiam se manifestar. O sindicato era praticamente para curso de costura, de corte, de história, de geografia e outras coisas. Mas debater, discutir, falar em salário, em democracia era proibido. Só sobrou uma trincheira: o MDB. E aos poucos o MDB foi correspondendo ao seu lugar. Aos poucos o MDB, até porque não tinha outra saída, foi aceitando a sua tese. Aos poucos, Paes de Andrade à frente, os autênticos começaram a dizer que as coisas não poderiam ser assim. Com o tempo essa gente foi crescendo, esse partido foi aumentando, pessoas se destacando, e o MDB passou a desempenhar o seu papel, que todos conhecemos.

Meus amigos, infelizmente os brasileiros não amam a sua pátria a ponto de descrever os feitos de seus heróis, de sua gente, como deviam.

Quando vamos aos Estados Unidos, especificamente em Washington, sentimos inveja de ver caravanas de alunos em frente a monumentos a Lincoln, a Kennedy, a Washington, que para eles são os heróis. Ficam olhando, boquiabertos, para a figura das pessoas que fizeram aquela nacionalidade.

No Brasil, quando nos referimos a D. Pedro I, o que vale são as piadas sobre o que ele estava fazendo quando proclamou a Independência. Cultuamos muito pouco a nossa história. Mas nessa história tão pouco cultuada haverá um lugar, meu querido Paes de Andrade, para o nosso MDB, para aquelas gerações. Não estou me referindo ao velho Ulysses, ao Teotônio, ao Tacredo, porque sobre esses não há dúvida alguma. Estou falando dos anônimos. Estou falando daquela gente do Rio Grande, do Ceará, do Rio, de São Paulo, da Bahia, tendo, de um lado, o Governador, o Prefeito, o Comandante do Exército, a imprensa, o rádio, o jornal, a televisão, o dono da fábrica, tudo, e, do outro, uma meia dúzia de malucos querendo dizer: isso vai cair um dia, quando a democracia aparecer. E essa gente simples, esse operário, esse dono de boteco, esse professor e esse funcionário público mantiveram essa bandeira. Sem esperar nada sem imaginar o que viria, porque parecia que aquilo iria durar a vida inteira.

Lembro que no Rio Grande do Sul a análise que se fazia era a de que aquele regime era perpétuo, duraria para sempre. E, mesmo assim, quanta gente simples resistiu, quanta gente humilde resistiu,

quanta gente que praticamente vivia do seu salário perdeu o emprego para não rasgar a ficha do MDB. E esse partido foi crescendo.

Eu digo que Deus criou o homem voltado para o bem. O mal não é formação de Deus, é uma tendência para o erro. Por isso, as pessoas quedavam-se para o MDB, porque viam que ali estava a verdade, apesar de todas as músicas, das bandeiras, dos holofotes, do ame-o ou deixe-o, do milagre do Brasil crescendo mais do que os Estados Unidos, daquela época fantástica, em que não se podia contestar nem responder nada, em que o **Estadão** publicava ou os milagres da revolução brasileira ou poesias de Camões ou receitas culinárias.

No Brasil era proibido pensar, e naquela época houve gente que resistiu. No meu Rio Grande do Sul, na fronteira, porque era terra de Getúlio ex-Presidente, e de Brizola, ex-Governador, e os dois estavam ali do lado, em Montevidéu, no Uruguai. As gerações de cassação, as gerações de sofrimento, as gerações de tortura, as gerações de martírio, as gerações de injustiça no Rio Grande são incomensuráveis, e foi dali que brotou a resistência. Ela não brotou... Estou constatando que se estivesse no Senado estaria votando. Não vai ser meu voto que decidirá, mas estaria votando em sinal de protesto, porque acho que a CPI deve ser criada. (Palmas.) Aliás, o PMDB lutou tanto pelo direito das minorias que não posso aceitar que meu querido Presidente Fernando Henrique Cardoso, que representa a resistência ao arbítrio, não seja o primeiro a querer que se constitua uma CPI para mostrar que seu Governo não tem nada a esconder. Sr. Presidente, como não posso ser dois e como sei que meu voto no Senado não alteraria o resultado, continuo aqui.

Essa resistência veio crescendo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Os jovens, os estudantes, os empregados, as donas de casa... Esta conscientização foi feita, e é uma das páginas mais bonitas da história do Brasil. Um dia nós vamos escrever com tranquilidade a resistência do povo brasileiro ao arbítrio de 1964 até ontem na história deste País. É a história deste povo que é a história do MDB. O MDB é este povo: Os que resistiram, os que disseram não eram os que estavam no MDB. Alguns partiram para a luta armada, equivocados, na minha opinião, porque essa luta armada serviu de pretexto para que a ditadura durasse mais tempo. Era o que eles queriam. Nós não tínhamos chance de fazer uma luta, porque se os Estados Unidos colocou não sei quantos milhares de homens em São Domingos, naquela altura, se tivéssemos condições de derrubar aquele

Governo, o que é que eles fariam aqui? Mas foram patriotas os que lutaram, os que tentaram resistir, os que seqüestraram embaixador e tudo o mais.

Houve época em que o MDB perdeu a confiabilidade. Nossos líderes, do exterior, mandaram votar em branco na eleição de 1970 em sinal de revolta contra o MDB. E nós continuamos. Continuamos na mesma caminhada. Este Brasil quer democracia com justiça social. E o maior partido do Ocidente, e o milagre brasileiro, e os milagres fantásticos dos economistas brasileiros foram-se reduzindo, e o povo brasileiro foi-se conscientizando. E, de repente, não mais do que de repente, brotou a campanha Diretas Já, uma campanha da alma do povo, do sentimento do povo.

Passei por cima, mas devo recordar a injustiça que fizeram com o nosso MDB quando o extinguiram. O MDB havia crescido tanto depois de 1974, e a ARENA estava tão mal, que a fórmula que eles acharam para valorizar a Arena e desmoralizar o MDB foi extinguir os dois partidos.

Falei desta tribuna, fui o último orador na sessão do Congresso. E a história dá suas voltas. Meu querido Presidente do Congresso, então Presidente da ARENA, Senador José Sarney, foi o último que falou à época como Presidente da ARENA. Eu dizia daqui: não adianta extinguir o MDB, não adianta extinguir a ARENA. Não adianta um invólucro diferente se o conteúdo é o mesmo. Não adianta extinguirem o MDB, porque a resistência vai continuar. E ela continuou.

É verdade que se criaram outros partidos. Houve uma divisão de forças, mas isso não impediu que a luta do MDB, agora PMDB, continuasse. Vieram as eleições, a campanha Direta Já, e o povo saiu à rua. Aquele povo que saiu à rua nos deu autoridade para neste Congresso eleger Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. O povo estava se conscientizando, a classe política estava crescendo, e aquele medo que tinha dos generais desapareceu. E nesta Casa, no Colégio Eleitoral, como dizia Dr. Tancredo, derrotamos e liquidamos com a chamada revolução, com a sua vitória.

O destino tem sido ingrato para nós, do PMDB. Não merecíamos que aquele dia, de festa e de alegria, se transformasse em dia de dor, com a doença do Dr. Tancredo. Com todo o respeito ao Dr. Sarney — ele cumpriu sua missão, na verdade o Brasil tinha se preparado para que o Dr. Tancredo governasse, com sua sabedoria, com seu gênio e com as forças políticas que representava. Pagamos caro: os equívocos do Congresso com o Dr. Sarney? o PMDB com um pé aqui e outro lá. Pagamos caro, o

Dr. Ulysses Guimarães pagou caro, um homem extraordinário como ele.

Comparo sempre dois homens: acho que o papel do Dr. Ulysses no Brasil foi como o de Moisés conduzindo o povo judeu no deserto. Moisés, conduziu os judeus durante quarenta anos. Não me lembro nunca de ter visto o Dr. Ulysses duvidar. Moisés duvidou. Quando Deus o mandou bater na pedra, de onde iria sair água, ele perguntou. Mas daqui vai sair água? E Deus não o perdoou. Na véspera de entrar na terra prometida, Moisés ficou do lado de cá do deserto e não o atravessou. Dr. Ulysses nunca duvidou, sempre caminhou, mas, quando chegou sua vez... Foi o homem que, na minha opinião, teve mais anos de lideranças, de popularidade, até dia de en-deusamento, mas, quando chegou a sua vez, aconteceu o que aconteceu.

De repente, o misticismo! Alguém apareceu e deu no que deu. Mais uma vez nosso partido, dentro da CPI, colocou as coisas no seu lugar, após o que foi eleito o Governo que aí está.

O MDB pode olhar para trás e dizer que vem cumprindo sua missão, vem fazendo o que lhe compete ao longo de seus trinta anos. É claro que nós, do MDB, sabemos o que é um partido político. Partido político não vem lutar por democracia apenas, porque se presume que democracia já deve existir, partido político é pressuposto de uma democracia já existente, partido político luta por grande transformações na sociedade. Esta tem sido, ao longo do tempo, a bandeira do nosso partido. Buscamos a transformação da sociedade brasileira. Achamos que este País nasceu grande, tem de ser grande, não apenas porque tem milhões de quilômetros quadrados e cento e tantos milhões de habitantes. Grande é o seu povo, a sua gente.

Não podemos ser um país onde os níveis de injustiça social sejam os vice-campeões do mundo, onde os ricos são tão ricos e os miseráveis tão miseráveis. Não podemos ser o país das desigualdades.

Temos de ser o partido das transformações – e isso nós defendemos e buscamos. Quando nos lembramos de Teotônio Vilela, com seus quatro cânceres e suas duas muletas percorrendo o Brasil, apresentando seu plano de salvação nacional com suas quatro verdades! Foi uma das páginas mais bonitas de um homem público na humanidade.

Em meu Estado o povo chorava quando ele dizia: Eu tenho quatro cânceres; meus médicos e meus amigos dizem: Teotônio, você é muito rico. Vá passear com seus filhos, visitar o mundo. Você tem direito a isso, Teotônio. E ele respondia: Minha

consciência não me permite. Eu estou aqui para te dizer, jovem – e apontava para o primeiro que estava à frente – que, se estou aqui lutando com quatro cânceres, não sabendo se amanhã, estarei vivo, tu, que estás inteiro, que tens olhos para ver, ouvidos para ouvir e boca para falar, tens de sair daqui, falar, gritar pelo restabelecimento da democracia e da justiça social neste País.

Foram muitos os Teotônios e os Ulysses Guimarães do nosso partido! As páginas fantásticas de heroísmo do Dr. Ulysses! Na história do nosso partido, meus irmãos, um dia ser-lhe-á feita Justiça.

Hoje estamos aqui. Trinta anos! Na história de um partido político, trinta anos não é nada. O que são trinta anos? Mesmo assim, trinta anos com dois nomes; MDB e PMDB.

Queremos olhar para frente e ter o direito de pensar, queremos olhar para frente e ter o direito de ver cada homem transformar-se num cidadão com seus direitos, com suas conquistas. Que o cidadão que nasce pobre tenha o direito de sonhar com sua casa, com sua família, com seu lar, com seus filhos. Família simples e modesta, lar singelo e feijão com arroz, mas com dignidade. Que o fruto do trabalho de suas mãos, por mais humildes que sejam, lhe dê condições para viver com dignidade.

Essa é a razão de ser de um partido político como o nosso. Os homens se dividem por muitas razões; uns são católicos, outros são espíritas, uns são empresários, outros são trabalhadores, uns são alunos, outros são professores. As divisões são as mais variadas, pelas mais variadas razões; uns são brancos, outros pretos, uns são velhos, outros são jovens.

Um partido político, por sua vez, é um conjunto de pessoas com idéia e ideal em comum. A idéia representa o programa do partido, sua razão de ser, em torno da qual nos unimos. O ideal é a luta por meio da qual queremos chegar ao poder para, nele, realizar nossas idéias. Este, sim, é um partido político. Nosso MDB é um partido político-sofrido, massacrado e injustiçado.

Erramos? Claro que sim! Nesses trinta anos, como dizer que não erramos? Seria ridículo dizermos que a ARENA e o PDS foram os partidos dos impuros, e nós, o partido dos puros. Não! De minha parte, devo ter errado muito, todos devemos ter errado. Mas, graças a Deus, nas horas fatais, decisivas, estivemos ao lado de nosso povo. Nas horas difíceis em que talvez o mais fácil fosse entregar-se ou conseguir um emprego ou uma nomeação, pegar um empréstimo no Banco do Brasil, rasgar a ficha do

MDB, nós, ao contrário, continuamos e chegamos até aqui.

Erramos? Claro que sim! Cometemos erros inconcebíveis. Na época do Dr. Sarney, erramos quando um grupo o apoiava, e outro, não. Isso, de fato, irritou a sociedade. Uns com um pé no Governo e outro na Oposição. Quem pagou a conta na eleição foi o Dr. Ulysses.

Erramos? Claro que sim! O PSDB não devia ter saído do MDB naquela oportunidade. Eu era Governador do Rio Grande do Sul quando Mário Covas, Fernando Henrique, José Richa e Euclides Scalco disseram: Vocês têm de vir, porque esse MDB está cheio disso, está cheio daquilo. Mas temos de lutar para melhorar. Vamos lutar para melhorar. Eu também sou contra o Quêrcia, mas vamos lutar para melhorar. Não podemos sair do partido toda vez que brigarmos ou formos minoria.

Que ironia da história! Fernando Henrique, nosso querido Presidente, tem de fazer a aliança que fez para manter-se no Governo. Saíram do PMDB porque não admitiam qualquer tipo de negócio quando estavam lá!

Erramos? Claro que sim! Mas o importante é manter o norte. O importante é podermos dar as mãos e dizer, estamos caminhando. Estamos levando conosco o destino da Pátria. Estamos levando em nossas mãos o sentimento do nosso povo, da nossa gente. Isso nas Câmaras de Vereadores mais humildes e para os Prefeitos mais pequeninos, Deputados, Governadores importantes, Senadores. Isso temos em comum. Temos história. Para a história dos partidos políticos trinta anos não é nada. Mas é difícil encontrar no contexto de qualquer país alguém que tenha vivido os trinta anos que vivemos, que tenha passado em trinta anos o que passamos e esteja resistindo ao que estamos resistindo.

A caminhada continua, agora mais difícil que antes. Tenho dito isso, meu querido Presidente Paes de Andrade. Numa reunião igual a essa, em que saudávamos nosso PMDB no Rio Grande do Sul, eu disse: acho que agora é mais difícil. De certa forma, no nosso tempo, tínhamos um caminho de flores, maravilha, luzes, que era o caminho do Governo, mas nossa dignidade nos impedia de chegar lá. O outro caminho era negro, de precipícios, difícil, de cassações, mas nossa dignidade nos obrigava a seguir por lá.

Então, não tínhamos escolha. Podíamos até ter vontade de ir pelos caminhos das luzes, mas nossa gente não aceitava. Tínhamos de ir pelo outro caminho. Na época do arbítrio, da ditadura, das cassações, da violência, da tortura era mais fácil para os

homens que tinham dignidade, porque para eles só havia um caminho, o da resistência. Hoje não. Hoje, na liberdade, na democracia, temos várias opções.

Onde está nosso caminho? Onde está nosso dever? Como é que acertamos? Se misturarmos o destino do Brasil com o da humanidade, caiu o Muro de Berlim, não há mais União Soviética. O que é o comunismo, para onde vai a humanidade? Qual o destino dos caminhos ideológicos da sociedade futura? Dentro daquele contexto e do contexto atual, ficamos a nos perguntar o que é cumprir o dever. Lá nós sabíamos, cumprir o dever era lutar pela democracia, pela verdade e contra o regime militar. O que é hoje cumprir o dever? Lutar pela democracia, pelo bem-estar social, eu sei que sim. Mas quando vejo um amigo como Fernando Henrique Cardoso dizer que não é hora de se criar uma CPI para apurar a corrupção, creio na sinceridade de Sua Excelência, embora discorde do que diz. Não me passa pela cabeça que o Presidente não seja um homem de bem, um homem digno, não tenha nada a ver com este Governo, pois nunca vi um senão em relação ao Governo de Sua Excelência. Mas ele acha que investigar, mesmo que sejam Governos anteriores, atrapalha. Eu acho que levar coisas erradas para debaixo do sofá sempre atrapalha. Mas quem está certo?

O mundo fala em privatizações. Acho que é preciso enxugar a máquina do Estado. Acho que hoje o mundo inteiro está caminhando para isso. Acho que se deve privatizar uma série enorme de entidades. Para mim, privatizar não quer dizer dar de presente, ou seja, trocar uma empresa por uma moeda podre que até ontem não valia um centavo e que de repente tem o valor de cara para pegar o patrimônio do povo brasileiro. Não me parece que seja correto. Desmoralizar uma empresa, redicularizá-la, dizer que está podre, para privatizar e depois disso o BNDES dar dinheiro para levantá-la, não parece que seja o caminho. Privatizar, sim. A Vale do Rio Doce tem quarenta empresas. Pegar qualquer porto, pegar a Ferrovia do Aço, pegar qualquer mina e privatizar, eu concordo, mas privatizar a Vale do Rio Doce é privatizar o subsolo brasileiro. Aureliano Chaves foi, por cinco anos, Ministro das Minas e Energia. Durante esse período, quando lhe perguntavam sobre subsolo ele telefonava para a Vale, porque está tudo lá: cientistas, pensamentos, documentos. Tudo o que existe no Brasil em termos de subsolo está na Vale. Privatizar a Vale toda? Pelo amor de Deus! Mas o Senhor Fernando Henrique Cardoso quer isso. E eu respeito Sua Excelência porque é um ho-

mem de bem, sério e digno. Onde está a verdade? Como vamos escolher o melhor caminho? Reparem como a situação hoje é difícil. Ela é de profunda responsabilidade.

Acho que certas reformas, como a da Previdência, são necessárias. Devem ser feitas. Mas nos obrigar a votar de hoje para amanhã? Nem tão devagar, nem tão ligeiro. Repito: nem tão devagar, nem tão ligeiro.

Então, meus irmãos, é muito difícil, hoje, saber como vamos cumprir nosso dever. Por isso, nosso partido realiza um grande debate, uma discussão interna, tem grandes interrogações. Como estamos cumprindo nossa obrigação com mais dignidade? Essa é a grande pergunta para os trinta anos do partido.

Quero levar ao nosso partido, meu querido Paes de Andrade, por seu intermédio, um abraço muito fraterno. É difícil encontrar na História um país com um partido que tenha sofrido como o nosso. A imprensa não gosta de nós. Nunca gostou. É engraçado isso! Lembro-me do Dr. Ulysses Guimarães. Como a imprensa batia nele! Praticamente todas as contas eram culpa do MDB. Às vezes até eu entendia. Naquelas horas difíceis da política a liberdade de imprensa se resumia a falar mal do MDB. Isso ela podia fazer, mais que isso era difícil.

Eu me lembro de dois jornalistas que conheci Castelinho Branco e Carlos Chagas. Os dois me diziam que falavam mal de todo o mundo, menos do MDB. Do MDB não falo mal. Se a ditadura não me deixa dizer o que penso, pelo menos não vou falar mal. Se a ditadura me impede de pôr no papel as coisas boas que estão acontecendo, não vou usar o mesmo papel para falar as coisas ruins que eventualmente podem ter acontecido.

Vencemos todas as etapas e estamos aqui. Hora importante esta, Sr. Presidente. Temos no Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um homem que pode estar em outro partido, mas na verdade se criou no MDB. A maioria das pessoas que estão à volta de S. Ex^a são as mesmas que eu via todos os dias na casa do Dr. Ulysses ou que iam praticamente todos os meses visitar o MDB do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

A etapa que vivemos é de grande responsabilidade para todos nós. Temos responsabilidade de fazer a transformação, de ter um país sério, digno e que chegue ao final deste século como o grande país da esperança da humanidade.

Há um papel histórico destinado ao Brasil, por seu tamanho, sua localização, pelas tramas que o destino lhe reservou ao longo do tempo. No próximo

século, o Brasil tem o seu lugar e deve ocupá-lo. Para isso, devemos ter grandeza.

É claro que teremos de fazer as transformações necessárias, aceitar a máquina do Estado, enxugá-la. Temos de fazer mudanças profundas, é claro que sim, mas não esquecendo nunca que o Brasil somos todos nós. Na hora do sacrifício, começemos por nós. É muito fácil, Sr. Presidente, nós, aqui no Congresso, como classe dominante, fazemos as divisões sem pagar nada da conta. Estadista é o que faz as divisões começando, ele próprio, a pagar a conta.

Que tenhamos a grandeza de ver o futuro e a humanidade de renunciar por esse futuro. Isso o Brasil espera de nós.

Essa é a caminhada do PMDB. Para essa caminhada, se o Sr. Presidente da República convocar a Nação, nós estaremos lá. Acho que talvez nunca tenha havido oportunidade de um chamamento do Brasil para ocuparmos nosso lugar e desempenharmos nossa missão. Mas para isso tem de haver grandeza, para isso é necessário patriotismo, é necessário espírito público.

O MDB, com seu passado, com sua trajetória, com seus mártires, está aí para dizer que nos sentamos na mesa do sacrifício, na mesa da luta para a melhoria de nosso povo, para a melhoria de nossa gente. Para isso, lutamos pela democracia; por isso luta nosso partido; pelas transformações que hão de fazer a grande sociedade brasileira.

Creio no Brasil do futuro. Um país como o nosso, com nossa história, sem guerras, sem lutas de conquistas, com um povo com nossa fraternidade, com nossa humanidade, com nosso espírito público, com a miscigenação de raças – índios, negros, brancos –, nasceu para ser um país de paz, de fraternidade, de trabalho, de progresso. Não pode um país deste tamanho, onde se plantando tudo dá, ter 30 milhões de brasileiros passando fome e não tratar esse problema como prioridade. Não pode em um país deste tamanho, onde temos os climas para colher tudo a cada momento e a cada hora, ter uma minoria de ricos, uns 15% de classe média, 80% de pobres e, desses, 30 milhões que passam fome, e essa situação não ser a prioridade do Deputado, do Senador, do Presidente, seja lá de quem for.

Ora, meus irmãos, por amor a Deus, creio que, se neste momento o Governo resolvesse dizer que a prioridade é plantar, mas plantar mesmo, é dar o que comer a essa gente, mas dar mesmo, o Brasil não poderia chegar ao final do século com 30 milhões de brasileiros passando fome.

Essa é a revolução necessária. Para essas teses o Presidente Fernando Henrique pode contar com o povo brasileiro. Parece-me que essas são as grandes teses do povo brasileiro.

Temos história e passado. Que a nossa história nos dê condições de olhar para frente. Que o Senhor Presidente da República, um homem culto, competente e de bem, tenha a grandeza para ver o conjunto e não o micro, tenha a grandeza de ver o seu papel de historiador, de reformulador do Brasil, e não a fotografia de um Presidente que tem o sucesso do dia seguinte, das manchetes, das notícias simpáticas, apenas daquilo que se apaga com o passar do tempo.

Um homem com a formação do Senhor Fernando Henrique Cardoso, com a sua seriedade, sua competência e sua cultura tem obrigação de ver o macro. E no momento em que Sua Excelência tiver a coragem de apresentar as soluções, o MDB, como todo o povo brasileiro, terá a obrigação de dizer. Presente. Estamos aqui para essa luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Perim) – O nobre Deputado Nestor Duarte enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^a será atendido.

O SR. NESTOR DUARTE (PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Congressistas, o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nasceu, há 30 anos, com o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, sob o signo da contestação e o da grandeza. Contestação à ilegitimidade institucional, que infelicitava a tradição democrática da pátria brasileira. Grandeza, porque seu destino sempre foi encarnar as aspirações de liberdade e desenvolvimento social de toda uma nação, para conduzi-la através da normalidade democrática.

Hesitou inicialmente em formar-se como partido, para que não pudesse passar por avalista do golpe militar. Várias foram as vezes em que cogitou, sinceramente, de autodissolver-se, em protesto contra os desmandos da ditadura. Mas reconheceu, logo e sempre, que representava, só para sua existência e atuação conseqüente, a expressão de denúncia e combate dos brasileiros inconformados com o regime de exceção, que sufoca as indispensáveis transformações econômicas e sociais, no privilégio e na alienação dos interesses nacionais.

O MDB nasceu, cresceu e amadureceu em um singular cenário adverso. Foi oposição, quando não se admitia oposição, afastado do objetivo maior de

todo partido, que é o exercício do poder político. No seu programa, então, se identificam as marcas dessa atuação sem esperança imediata de realizar suas metas de governo. Estas nem eram postas como prioridades. A ênfase se fazia pela implantação do jogo democrático: anistia, fim dos decretos-leis, eleições diretas, restabelecimento da soberania popular, da autenticidade do Poder Legislativo, da garantia do Judiciário e da restauração do respeito aos direitos humanos e individuais.

No discurso com que saudou os convencionais que lhe deram forma definitiva de partido político, o saudoso Senador Oscar Passos, capitaneado a nau oposicionista em meio à tempestade antidemocrática, afirmava que o MDB não fora organizado pela cúpula, segundo a bitola imposta pelo sistema, para servir de mero contraponto inconseqüente ao regime autoritário de alienação nacional. Tanto assim que deveria lançar raízes fundas e firmes no consenso popular. Nutrindo-se, por sem dúvida, das aspirações de liberdade e progresso do povo brasileiro amoldado e inerme, como verdadeira antítese do modelo de opressão.

Manifestava, já então, a consciência de que o restabelecimento da democracia no Brasil só seria obtido a duras penas, pelo esforço ingente e constante de todos os brasileiros. O MDB propunha-se a canalizar esse esforço para a conseqüente atuação política, ainda que a longo prazo.

Nesses primeiros anos, forjou-se uma legião de heróis. Em meio à penedia dos atos institucionais; sob as vagas do mar revolto em cassações, exílios e desaparecimentos, varrendo-lhe periodicamente das fileiras os melhores quadros; contornando as escarpas da submissão, de um lado, e do radicalismo irracional, de outro; evitando encalhasse no desânimo; desviando dos obstáculos que lhe criava ao curso o inimigo – reformas institucionais, legislação viciada, sublegendas – os timoneiros do MDB precisaram lançar mão de toda a habilidade, de toda a coragem, antes que se ouvisse o brado alvissareiro de terra à vista.

Suas posições se alteraram, conforme o adversário manobrava as regras. Como a força autoritária serpenteava em casuísmos, a trajetória do MDB descreveu-se em antítese. Tornou-se o antigoverno. Seu candidato, o anti-candidato. Seu programa, o antiprograma.

Sorriu-lhe finalmente a vitória, quando conseguiu deitar raízes no coração do povo brasileiro, conquistando-lhe a confiança e o voto.

Venceu, no próprio jogo das eleições indiretas. Eleito Tancredo Neves e governando José Sarney, foi restaurada a democracia e a liberdade, devendo-se ao partido majoritário na Constituinte a promulgação da Constituição cidadã, a 5 de outubro de 1988.

É, sem dúvida, a mais democrática e a mais progressista de todas as cartas políticas brasileiras, apesar de algumas imperfeições redacionais e de sistematização, que estão sendo revistas e devem ser corrigidas, sem prejuízo do conteúdo constitucional vigente.

O desafio do presente, no entanto, tampouco parece desprezível a esse partido de tantas lutas e resistência. Há de resolver a posição difícil de ser ou não governo. De compor uma base no Congresso capaz de viabilizar um governo de reformas necessárias à modernização do País. Sem abandonar os princípios que no MDB aglutinaram forças e lhe permitiram atravessar o furor da ditadura, sem trair a memória e a obra admirável dos seus grandes nomes já desaparecidos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me finalizar este pronunciamento com uma homenagem às figuras ilustres a que hoje devemos a democracia, no Brasil; homens cujos nomes estarão sempre bem vivos na galeria de honra da memória nacional, dentre os quais se destacam Oscar Passos, primeiro Presidente do Partido, Tancredo Neves, primeiro Presidente da República eleito pela restauração democrática, e, sobretudo, Ulysses Guimarães, que representa a imorredoura fisionomia do nosso partido.

Um partido político não é apenas entidade com um programa de governo, mas, além disso, um grupo de cidadãos, conjugados por suas idéias e propostas políticas, sociais e econômicas. A sua fisionomia expressa a dos homens que o compõem. No semblante do PMDB de hoje refletem-se o heroísmo, a abnegação, a honradez daqueles que fundaram o MDB há 30 anos; daqueles que, desde então, serviram em suas fileiras à causa da democracia e da liberdade, do desenvolvimento econômico e do progresso social; daqueles que viveram, lutaram e morreram por um Brasil melhor, mais digno e mais humano; teimando em acreditar no futuro e na felicidade do povo brasileiro; contra todas as circunstâncias adversas e apesar de todas as dificuldades impostas pelos donos do poder e detentores de tantos privilégios odiosos.

O Brasil possui uma dívida permanente com esses seus filhos e militares ilustres do nosso partido. Saibamos, assim, resgatá-la, hoje e sempre, com decidido empenho, inspirados em seu exemplo, fiéis aos seus princípios dinâmicos, em prol da inadiável solução dos problemas e dificuldades que se abatem sobre a maioria do povo brasileiro e ainda angustiam tanto a nossa Pátria.

Militante desde muito jovem ainda, e com cinco mandatos legislativos do MDB ao PMDB, concluo

com a mensagem do grande Ulysses Guimarães ao despedir-se da Presidência do Partido.

Meu filho PMDB:

Vá em frente, caminhe rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite.

Que Deus te abençoe e a Pátria ateste: Cumpriste o teu dever!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Perim) – Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece as autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesástica a presença.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h35min.)

SUMÁRIO DA ATA DA 43ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1995

(PUBLICADA NO DCN – SESSÃO CONJUNTA,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1995)

RETIFICAÇÃO

No sumário da ata, item 2 – **PARECERES**,

Onde se lê:

Nºs 105 a 147 de 1995 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os Projetos de Lei nºs 56, 19, 57, 61, 74, 72, 81, 83, 87, 90, 93, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 117, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 112, 38, 55, 70, 76, 84, 88, 89, 103, 114, 115, 118, 128, 130, 135, 137 e 97, de 1995 – CN, respectivamente

Leia-se:

Nºs 105 a 147 de 1995 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os Projetos de Lei nºs 56, 19, 57, 61, 71, 72, 81, 83, 87, 90, 93, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 117, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 112, 38, 55, 70, 76, 84, 88, 89, 103, 114, 115, 118, 128, 130, 135, 137 e 97, de 1995 – CN, respectivamente

ATA DA 43ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1995

(PUBLICADA NO DCN – SESSÃO CONJUNTA,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1995)

RETIFICAÇÃO

Na ata, à página 07827,

Onde se lê:

PARECERES

(*) Pareceres nºs 105 a 147, de 1995 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os Projetos de Lei nºs 56, 19, 57, 61, 74, 72, 81, 83, 87, 90, 93, 96, 99, 104, 105, 106,

108, 117, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 112, 38, 55, 70, 76, 84, 88, 89, 103, 114, 115, 118, 128, 130, 135, 137 e 97, de 1995 – CN, respectivamente

Leia-se:

PARECERES

(*) Pareceres nºs 105 a 147, de 1995 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre os Projetos de Lei nºs 56, 19, 57, 61, 71, 72, 81, 83, 87, 90, 93, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 117, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 112, 38, 55, 70, 76, 84, 88, 89, 103, 114, 115, 118, 128, 130, 135, 137 e 97, de 1995 – CN, respectivamente

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir Relatório de Veto Total sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1995, acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1995, que regula o exercício da enfermagem profissional, estabelecendo limite para a jornada de trabalho. (Mensagem nº 41/96-CN – nº 1.473/95, na origem.)

1ª Reunião (instalação), realizada em 19 de março de 1996.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e seis, às dez horas, na sala número 6 da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes a Senhora Senadora Deputada Lídia Quinan e os Senhores Deputados Nilson Gibson e Paulo Rocha. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Nilson Gibson, que declara instalada a Comissão e, em seguida passa à eleição da Mesa. Comunica que houve acordo de lideranças no tocante à indicação dos nomes da Senadora Marina Silva para Presidente, e do Deputado Paulo Rocha para Vice-Presidente da Comissão. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, a Senhora Senadora Marina Silva designa a Deputada Lídia Quinan para relatar a matéria. Com a palavra a relatoria ler o Relatório, que em seguida é colocado em discussão e votação, sendo aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerra a reunião, e para constar eu, Will de Moura Wanderley, Secre-

tário da Comissão, lavro a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente e irá à publicação.

RELATÓRIO Nº 2, DE 1996-CN

RELATÓRIO DE VETO

Relatório de veto integral aposto ao Projeto de Lei nº 29, de 1995, da Câmara (nº 407-B, de 1991, na Casa de origem), que regula o exercício da enfermagem profissional, estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.

Trata-se da Mensagem nº 1.473, datada de 21 de dezembro de 1995, pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara de nº 29 (nº 407/91, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1995, que regula o exercício da enfermagem profissional, estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.

O dispositivo vetado determinava que o art. 10 da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, passaria a vigorar com o seguinte texto: A jornada normal de trabalho para o exercício da enfermagem, em qualquer das modalidades previstas nesta Lei, será de, no máximo, trinta horas semanais.

As razões do veto, segundo o texto presidencial, são as seguintes:

O autor justifica a medida sob a ótica de que os enfermeiros exercem atividades penosas, exaustivas e estafantes, além de insalubres, haja vista que sempre estão sujeitos a contaminação de moléstias infecto-contagiosas.

O projeto já teve a apreciação da douta Consultoria Jurídica, a qual enfocou a questão sob o prisma da irredutibilidade dos salários em face da sanção da jornada semanal de trabalho e da elevação dos custos nos serviços de saúde.

No entanto, entendemos que o projeto merece análise especialmente com relação às seguintes questões:

a) as categorias profissionais dos serviços de saúde, através das suas entidades de classe, já consolidaram a tradição de executarem jornada diária de trabalho de 12 horas, compensadas com folgas de 24 (vinte e quatro) ou 36 (trinta e seis) horas consecutivas, o que demonstra claramente não

haver agentes agressivos à saúde ou penosidade do trabalho para recomendar a diminuição do tempo de exposição do trabalhador, estando o projeto, portanto, em descompasso com o que convencionaram os profissionais da área da saúde, atinente às jornadas de trabalho;

b) no que concerne às definições constitucionais de liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão lícita; de garantia dos acordos e convenções coletivas de trabalho e de liberdade de estipulação das condições de trabalho, de emprego e de remuneração, fica patente que o Estado não tem mais a atribuição reguladora dessas condições de trabalho. Temos que a atual Constituição restringiu a ação legalista e intervencionista do Estado nas relações de trabalho, as quais se regem pela livre estipulação entre as representações profissionais e econômicas. Ante o exposto, propomos o veto integral ao projeto, por não atender ao real interesse dos profissionais destinatários, aos serviços de saúde e ao interesse público.

É o relatório.

Sala das Sessões, Deputado **Nilson Gibson** –
Deputada **Lídia Quinan** – Senadora **Marina Silva** –
Deputado **Paulo Rocha**.

EMENDAS

As seguintes matérias:

(*) Medida Provisória nº 1.330, de 7 de março de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

(*) Medida Provisória nº 1.331, de 7 de março de 1996, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.333, de 12 de março de 1996, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.334, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, sobre a indisponibilidade de seus bens, sobre a responsabilização das empresas de autoria contábil ou dos auditores contábeis

independentes, sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.294/96).

(*) Medida Provisória nº 1.335, de 12 de março de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação – PIS/PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo de Marinha Mercante, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória 1.295/96).

(*) Medida Provisória nº 1.336, de 12 março de 1996, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vão, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.337, de 12 março de 1996, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.338, de 12 de março de 1996, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.339, de 12 de março de 1996, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o parágrafo 1º do art. 39 da Constituição e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 1996, que altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.300/96).

(*) Medida Provisória nº 1.341, de 12 de março de 1996, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP, das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.301/96).

(*) Medida Provisória nº 1.342, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e da outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.343, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre medidas reguladoras do

abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.

(*) Medida Provisória nº 1.344, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.345, de 12 de março de 1996, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

(*) Medida Provisória nº 1.346, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.306/96).

(*) Medida Provisória nº 1.347, de 12 de março de 1996, que altera a redação de dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.307/96).

(*) Medida Provisória nº 1.348, de 12 de março de 1996, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.349, de 12 de março de 1996, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.350, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.351, de 12 de março de 1996, que reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.352, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.312/96).

(*) Medida Provisória nº 1.353, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.313/96).

(*) Medida Provisória nº 1.354, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN, e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

(*) Medida Provisória nº 1.355, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.356, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.357, de 12 de março de 1996, que dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.358, de 12 de março de 1996, que acresce parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.318/96).

(*) Medida Provisória nº 1.359, de 12 de março de 1996, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.319/96).

(*) Medida Provisória nº 1.360, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.362, de 12 de março de 1996, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET, para os servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.363, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências.

(*) Medida Provisória nº 1.364, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Reedição da Medida Provisória nº 1.324/96).

(*) Medida Provisória nº 1.365, de 12 de março de 1996, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências (Reedição da Medida Provisória nº 1.325/96).

(*) Medida Provisória nº 1.366, de 14 de março de 1996, que altera a redação do § 4º do art. 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 1996.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
COMPOSIÇÃO: 63 DEPUTADOS E 21 SENADORES

PRESIDENTE: SENADOR RENAN CALHEIROS – PMDB-AL
1º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADA YEDA CRUSIUS – PSDB-RS
2º VICE-PRESIDENTE: SENADOR LUCÍDIO PORTELLA – PPR-PI
3º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO BERNARDO – PT-PR

RELATOR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL: DEPUTADO IBERÊ FERREIRA – PFL-RN

SENADORES

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
Flaviano Melo	AC-3493/94	1 – Coutinho Jorge	PA-3050/4393
Ronaldo Cunha Lima	PB-2421/27	2 – Gilvam Borges	AP-2151/57
Onofre Quinan	GO-3148/50		
Casildo Maldaner	SC-2141/47		
Carlos Bezerra	MT-2291/97		
Renan Calheiros	AL-2261/67		
PFL			
Waldeck Ornelas	BA-2211/17	1 – Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Romero Jucá	RR-2111/17	2 – Jonas Pinheiro	MT-2271/77
José Alves	SE-4055/57		
Odacir Soares	RO-3018/19		
Vilson Kleinübing	SC-2041/47		
PSDB			
Pedro Piva	SP-2351/53	1 – Lúdio Coelho	MS-2381/87
Jefferson Peres	AM-3061/67		
Lúcio Alcântara			
PPR			
Lucídio Portella	PI-3055/57		
PP			
João França	RR-3067/68		
PTB			
Arlindo Porto	MG-2321/27		
PT			
Eduardo Suplicy	SP-3970		
PDT			
Sebastião Rocha	AP-2241/47		
PSB			
Ademir Andrade	PA-2101/07		
PPS			
Roberto Freire	PE-2161/67		

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Silas Brasileiro	MG-3185932	1 – Albérico Filho	MA-3185554
Genésio Bernardino	MG-3185571	2 – Antônio do Valle	MG-3185503
Freire Júnior	TO-3185601	3 – Jorge Wilson	RJ-3185942
Edison Andrino	SC-3185639	4 – Nestor Duarte	BA-3185336
Fernando Diniz	MG-3185307		
Saraiva Felipe	MG-3185429		
Hélio Rosas	SP-3185478		
João Thomé Mestrinho	AM-3185583		
Laíre Rosado	RN-3185650		
Maurício Requião	PR-3185635		
Orcino Gonçalves	GO-3185335		
Paulo Ritzel	RS-3185222		
Pinheiro Landim	CE-3185636		

BLOCO (PEL-PTB)

Aracely de Paula	MG-3185201	1 – José Carlos Vieira	SC-3185713
Ciro Nogueira	PI-3185619	2 – Maurício Najar	SP-3185242
Oswaldo Coelho	PE-3185444	3 – Marilu Guimarães	MS-3185440
Antônio Joaquim Filho	MA-3185217	4 – Benedito de Lira ⁽⁶⁾	AL-3185215
Iberê Ferreira	RN-3185609	5 – Bonifácio de Andrada	MG-3185235
Antônio dos Santos	CE-3185406		
Murilo Pinheiro	AP-3185305		
Luiz Moreira	BA-3185729		
João Mendes ^{(1) (6)}	RJ-3185831		
Nelson Marquezelli ^{(1) (6)}	SP-3185920		
Pedrinho Abrão	GO-3185918		
Philemon Rodrigues ⁽⁵⁾	MG-3185226		
Alexandre Ceranto	PR-3185948		
Efraim Moraes	PB-3185638		
Arolde de Oliveira	RJ-3185917		

PPR

Augusto Nardes	RS-3185530	1 – Célia Mendes	AC-3185615
Basílio Villani	PR-3185634	2 – Maria Valadão	GO-3185520
Felipe Mendes	PI-3185640		
José Carlos Lacerda	RJ-3185936		
Paulo Bauer	SC-3185718		
Paulo Mourão	TO-3185311		
Roberto Balestra	GO-3185262		

PSDB

Arnaldo Madeira	SP-3185473	1 – Cipriano Correia	RN-3185839
Ildemar Kussler	RO-3185614	2 – Mário Negromonte	BA-3185345
Aécio Neves ⁽³⁾	MG-3185648	3 – Robério Araújo	RR-3185581
Jorge Anders	ES-3185362		
Márcio Fortes	RJ-3185346		
Pimentel Gomes	CE-3185231		
Herculano Anghinetti	MG-3185241		
Yeda Crusius	RS-3185956		

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTE****PT**

Celso Daniel	SP-3185479	1 – João Paulo	SP-3185579
João Coser	ES-3185514	2 – Paulo Rocha	PA-3185483
(Vago)			
João Fassarella	MG-3185283		
Maria Laura	DF-3185475		
Paulo Bernardo	PR-3185379		

PP

José Janene	PR-3185608	1 – Nan Souza	MA-3185525
Augustinho Freitas	MT-3185722	2 – João Maia	AC-3185244
Márcio Reinaldo Moreira	MG-3185819		
Osvaldo Reis	TO-3185835		

PDT

Giovanni Queiroz	PA-3185534	1 – Renan Kurtz	RS-3185810
Leonel Pavan	SC-3185711		
Antônio Joaquim	MT-3185829		
Sílvio Abreu	MG-3185211		

BLOCO (PL/PSD/PSD)

Pedro Canedo	GO-3185611	1 – Francisco Horta	MG-3185540
Welinton Fagundes	MG-3185523		
Marquinho Chedid ⁽⁴⁾	SP-3185736		

BLOCO (PSB/PMN)

Gonzaga Patriota	PE-3185430	1 – Nilson Gibson ⁽²⁾	PE-3185410
Alexandre Cardoso ⁽²⁾	RJ-3185205		

PCdoB

Sérgio Miranda	MG-3185462		
----------------	------------	--	--

(1) Substituindo os Deputados João Mendes (T) e Nelson Marquezelli (T), em 6-9-95 – Bloco (PFL/PTB) – CD

(2) Substituindo os Deputados Nilson Gibson (T) e Alexandre Cardoso (S), em 12-9-95 – Bloco (PSB/PMN) – CD

(3) Substituindo o Deputado Flávio Arns (T), em 13-9-95 – PSDB-CD

(4) Substituindo o Deputado José Egydio (T), em 14-9-95 – Bloco (PL/PSD/PSC) – CD

(5) Substituindo o Deputado José Rezende (T), em 14-9-95 – Bloco (PFL/PTB) – CD

(6) Substituindo os Deputados Albérico Cordeiro (T), Nelson Marquezelli (T) e Vilmar Rocha (S), em 14-9-95 – (PFL/PTB) – CD